ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA COMINV – 010/2026

Às 14 horas do dia dezesseis de julho de dois mil e vinte e seis, na sede do Instituto de Benefício e Assistência aos Servidores Municipais de Araruama – IBASMA, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos – COMINV, nomeados pelo presidente do IBASMA conforme Portarias nº 200/2020, nº 037/2023 e nº 037/2026, Rafael Ferreira Viana Daumas, secretário desta assembleia, Mônica Souza dos Santos Costa e Celso Antônio de Campos. A reunião foi iniciada pelo senhor Rafael, com a apresentação da pauta da assembleia ordinária: a) leitura da ata anterior; b) leitura e análise da carta mensal da Consultoria Mais Valia referente ao mês 06/2026; c) leitura e análise do relatório mensal de aplicações financeiras do mês 06/2026; d) Crendenciamento de instituições Financeiras; e) análise e indicação de fundos para aplicação dos recursos disponíveis; f) assuntos gerais. Dando prosseguimento aos trabalhos, foi realizada a leitura da Ata da reunião ordinária anterior, sendo, em seguida, franqueada a palavra aos membros presentes para eventuais manifestações, observações ou solicitações de alteração quanto ao seu conteúdo. Não havendo manifestações, a Ata foi considerada lida e aprovada, prosseguindo-se para o próximo tópico da pauta. Procedendo à análise da Carta Econômica Mensal referente ao mês de junho de 2026, elaborada pela Mais Valia Consultoria, foi registrado que o período apresentou resultados heterogêneos, em um cenário ainda marcado por elevada volatilidade e aversão ao risco nos mercados globais. No mercado doméstico, a renda variável apresentou comportamento irregular, com pressão especialmente sobre setores cíclicos e empresas mais expostas ao ambiente externo, refletindo as incertezas globais e os ajustes nas expectativas quanto à política monetária. Em contrapartida, a renda fixa manteve-se como principal fator de estabilidade das carteiras, beneficiada pelos prêmios de juros ainda atrativos e pela procura por ativos de maior qualidade, com destaque para os títulos indexados à inflação e os papéis de crédito de emissores de alta qualidade. De forma geral, observou-se melhor desempenho nas carteiras com maior participação em renda fixa e, principalmente, naquelas com exposição relevante a ativos internacionais, que contribuíram de maneira significativa para os resultados positivos no período. Foi destacado também que o IPCA registrou alta de 0,58% em maio de 2026, levando a inflação acumulada em 12 meses a 4,72%, acima do teto da meta de 4,5%. A elevada taxa de difusão e a persistência da inflação de serviços indicaram menor ritmo do processo de desinflação, reforçando a necessidade de cautela no acompanhamento do cenário inflacionário e de seus possíveis impactos sobre a política monetária e os investimentos do RPPS. Tratando da política monetária, registrou-se que o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a taxa Selic em 0,25 ponto percentual, para 14,25% ao ano, dando continuidade ao processo de flexibilização monetária. A decisão foi acompanhada de uma postura cautelosa, considerando a persistência das pressões inflacionárias, especialmente nos serviços, as incertezas fiscais domésticas e a volatilidade do cenário internacional. Tratando das expectativas do mercado, destacou-se que o Boletim Focus com posição de 26 de junho

de 2026 apresentou para o encerramento de 2026 um IPCA projetado de 5,33%, acima do teto da meta da inflação, crescimento do PIB de 1,99%, a taxa SELIC em 14,00% e o câmbio de R$ 5,20 R$5,20/USD 1. As projeções indicam, de modo geral, alterações em relação à sondagem anterior, reforçando a necessidade de acompanhamento contínuo das expectativas econômicas e de seus possíveis reflexos sobre a estratégia de investimentos do RPPS. Considerando cenário internacional, em relação aos Estados Unidos, foi destacado que a inflação ao consumidor apresentou alta de 0,47% em maio, abaixo das expectativas, indicando continuidade gradual do processo de desinflação. O Federal Reserve manteve a taxa de juros entre 3,50% e 3,75%, adotando postura cautelosa e condicionando os próximos movimentos à evolução dos indicadores econômicos. Na China, a produção industrial cresceu 4,5% na comparação anual, enquanto a demanda doméstica permaneceu enfraquecida, com queda nas vendas do varejo e nos investimentos em ativos fixos. Na Europa, o Banco Central Europeu elevou a taxa de juros em 0,25 ponto percentual, mantendo as próximas decisões condicionadas à evolução da inflação e da atividade econômica. Tratando das recomendações da carta, foram apresentadas as recomendações de alocação para o cenário vigente, destacando-se a importância do acompanhamento dos limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 5.272/2025 e das diretrizes do Pró-Gestão. Para a renda fixa, foram ressaltadas as oportunidades em títulos públicos indexados à inflação (NTN-Bs), diante das taxas reais ainda elevadas, bem como a utilização de fundos IMA-B, IRF-M e IDkA, observadas as respectivas exigências regulatórias. Para a renda variável, recomendou-se alocação gradual e equilibrada, considerando a volatilidade ainda elevada dos mercados. A exposição internacional foi apontada como instrumento de diversificação para os RPPS habilitados pela regulamentação. Por fim, os fundos referenciados ao CDI foram considerados alternativas para liquidez e posicionamento tático de curto prazo, podendo ser combinados com ativos indexados à inflação e alocações graduais em renda variável. Ressaltou-se, de forma geral, a necessidade de prudência, diversificação, observância dos limites regulatórios e acompanhamento contínuo das condições de mercado. Foi perguntado se alguém gostaria de fazer algum apontamento sobre o que foi lido, o senhor Celso apontou que as recomendações vem de encontro com o que vem sendo apresentado nas últimas cartas. Não havendo mais manifestações, encerrou-se o tópico. Na sequência, foi apresentado o Relatório Mensal de Investimentos, referente à posição patrimonial em 30 de junho de 2026, elaborado pela consultoria de investimentos. Conforme demonstrado no relatório, a carteira totalizou R$ 126.620.526,33, sendo R$ 122.046.546,57 relativo aos investimentos e R$ 4.573.979,76 relativo as disponibilidades financeiras. No aspecto da rentabilidade, verificou-se que a carteira apresentou, no mês de junho, retorno positivo de 0,48%, correspondente a um resultado financeiro de R$ 585.942,71, frente a meta de 0,62%, acumulando no mês R$ 585.942,71. No primeiro semestre de 2026 rentabilidade acumulada apresenta foi de 5,83%, equivalente a R$ 6.222.077,17, frente a meta de 6,17%. Quanto ao desempenho por segmento, verificou-se que a renda fixa apresentou resultado de 0,53%, correspondendo a R$ 626.715,74. Destacaram-se, especialmente,

os fundos referenciados em IRF-M 1, fundos DI e os fundos Vértice, que apresentaram retornos positivos e contribuíram para compensar parcialmente a volatilidade observada em outros segmentos da carteira. Em contrapartida, alguns fundos indexados ao IMA-B, mais sensíveis às oscilações da curva de juros reais e da marcação a mercado, registraram desempenho negativo no mês, embora permaneçam relevantes para estratégias de longo prazo voltadas ao cumprimento da meta atuarial. No segmento de renda variável, observou-se desempenho inferior ao da renda fixa, refletindo o ambiente de maior volatilidade do mercado acionário brasileiro durante o mês de junho, com retorno total negativo de 1,24% e correspondendo a R$ -40.773,03. Embora o desempenho acumulado permaneça positivo, observou-se que a carteira atingiu 91,81% da meta atuarial acumulada no semestre, cuja referência correspondeu a 6,35% (IPCA + 5,68% a.a.), demonstrando pequena defasagem frente ao objetivo atuarial em razão. Verificou-se que todos os investimentos permaneceram, de forma geral, enquadrados nos limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 5.272/2025 e pela Política de Investimentos, observando-se a manutenção do Pró-Gestão Nível II e o atendimento aos limites regulamentares aplicáveis aos segmentos de renda fixa e renda variável. Dada a palavra, o senhor Rafael apontou a necessidade de um maior monitoramento da trajetória da rentabilidade da carteira, visto a defasagem apresentada no atingimento da meta até o momento, sendo respondido de forma positiva pelo senhor Celso e a senhora Mônica. Sem mais observações, o presente tópico foi encerrado. Na sequência foi abordado o tópico referente ao credenciamento de instituições financeiras. Foram apresentados para análise e deliberação do Comitê os processos administrativos nº 041/2026, relativo ao credenciamento da Caixa Econômica Federal – CNPJ: 00.360.305/0001-04, como Adminstradora e Distribuidora de fundos e o processo administrativo nº 042/2026 relativo ao credenciamento da instiuição CAIXA DTVM – CNPJ: 42.040.639/0001-40, na qualidade de gestora de fundos de investimento. O senhor Rafael informou que a documentação pertinente aos respectivos processo encontrava-se disponiblizada no servidor do IBASMA, em pasta pública, para consulta dos membros do Comitê em pasta especfica para tal. Após a análise da documentação e das informações pertinentes às instituições e às respectivas funções desempenhadas no âmbito dos fundos de investimento, o Comitê deliberou pela aprovação dos Termos de Análise e Credenciamento, sendo confeccionados os Termos nº 007/2026, 008/2026 e 009/2026, para fins de formalização dos respectivos credenciamentos e instrução dos processos administrativos. Ficou registrado que os credenciamentos aprovados deverão observar a regulamentação vigente, a Política de Investimentos do RPPS e as demais condições aplicáveis à atuação das instituições financeiras e aos respectivos fundos de investimento. Foi tratado então da análise e indicação para a aplicação dos recursos disponíveis. Após a análise conjunta da Carta Econômica Mensal e o Relatório de Investimentos, foi deliberada a manutenção de uma postura mais prudente nas alocações, considerando cenário de juros elevados, a inflação ainda pressionada e volatilidade do mercado. Mediante as perspectivas apresentadas, foi deliberado que os recursos sejam direcionados para a renda fixa, para fundos indexados ao IMA-B

e/ou estratégias vinculadas a títulos públicos federais indexados a inflação. Foram considerados também os fundos atrelados ao CDI, visando a manutenção da liquidez e composição tática de curto prazo. O senhor Rafael informou que havia solicitado a consultoria a análise técnica do fundo CAIXA TOPÁZIO CORPORATIVO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP – CNPJ: 11.061.230/0001-87, apresentando esta aos membros. Conforme análise apresentada, foi constatado que o fundo encontra-se enquadrado no art. 7º, inciso I, da Resolução CMN nº 5.272/2025, possui como benchmark o CDI, sua disponibilidade de resgate é D+0, tem como taxa de administração 0,10% ao ano não possuindo taxa de performance. Outro ponto de destaque foi a aderência histórica do fundo ao CDI e sua composição predominantemente formada por títulos públicos federais pós-fixados e operações compromissadas, considerando-o adequado para utilização como fundo de liquidez. Após análise das características, do enquadramento, da liquidez, da rentabilidade e da compatibilidade do fundo com a estratégia de alocação dos recursos do RPPS, foi colocada em votação o credenciamento do fundo, sendo decidida a sua aprovação e seu credenciamento. Ficou ainda deliberada a formalização do credenciamento mediante elaboração do respectivo Termo de Análise e Credenciamento, ficando sua inclusão formalizada nos termos de análise e credenciamento das respectivas insituições financeiras . Dando prosseguimento, foram discutidas as possibilidades de aplicação dos recursos. Após as discussões, deliberou-se pela aplicação nos fundos BB IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO – CNPJ: 07.442.078/0001-05 e CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP – CNPJ: 10.740.658/0001-93, considerando a estratégia de exposição a títulos públicos federais indexados a inflação em consonância com a avaliação da consultoria acerca das perspectivas para os fundos IMA-B. Foi delibherada também a aplicação nos fundos BB PERFIL SOBERANO RESP LIMITADA FIF CIC RF REF DI PREV LP – CNPJ: 63.197.167/0001-04 e CAIXA TOPÁZIO CORPORATIVO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP – CNPJ: 11.061.230/0001-87, considerando a estratégia de referenciados ao CDI, visando a manutenção de liquidez e à composição tática da carteira. Em relação às instituições financeiras e aos fundos objeto das aplicações deliberadas, ficou consignada a necessidade de formalização dos respectivos credenciamentos, mediante a assinatura dos Termos de Análise e Credenciamento aprovados pelo Comitê, correspondentes aos Termos nº 007/2026, 008/2026 e 009/2026, como parte da instrução e formalização dos respectivos processos administrativos. Foi deliberado também que os valores e percentuais das aplicações a serem realizadas nos referidos fundos, ficam condicionados à disponibilidade financeira, aos limites de enquadramento e à análise das condições de mercado no momento da efetivação das operações. Encerradas as discussões referentes à carteira de investimentos e às aplicações a serem realizadas, passou-se ao tópico de Assuntos Gerais, sendo franqueada a palavra aos membros para apresentação de eventuais questões, sugestões ou assuntos de interesse. Na oportunidade o senhor Rafael sugeriu que, considerando a necessidade de aprofundamento das análises e do acompanhamento das estratégias de

alocação dos recursos, sugeria solicitar que o senhor Ronaldo Borges da Fonseca, economista responsável pela consultoria, participasse da próxima reunião ordinária, a fim de que possa apresentar os cenários econômicos e as perspectivas para a carteira, bem como prestar os esclarecimentos e orientações técnicas que se fizerem necessários para subsidiar as deliberações do Comitê. Tal sugestão foi acatada pelo senhor Celso e a senhora Mônica, ficando o senhor Rafael responsável por realizar contato para verificar sua disponibilidade de participação. Nada mais havendo a tratar, e após as discussões e deliberações constantes da presente reunião, foi agradecida a presença dos membros e declarada encerrada a reunião, tendo sido por mim Rafael Ferreira Viana Daumas, lavrada a presente ata, lido este instrumento e assinado pelos que dela participaram.

Araruama, 16 de Julho de 2026.

Celso Antônio Campos
Membro COMINV

Mônica Souza dos Santos Costa
Membro COMINV

Rafael Ferreira Viana Daumas
Membro COMINV

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA COMINV – 012/2026

Às 10 horas do dia quinze de setembro de dois mil e vinte e seis, na sede do Instituto de Benefício e Assistência aos Servidores Municipais de Araruama – IBASMA, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos – COMINV, nomeados pelo presidente do IBASMA conforme Portarias nº 200/2020, nº 47/2022 e nº 37/2023, Rafael Ferreira Viana Daumas, Mônica Souza dos Santos Costa e Celso Antônio de Campos. A reunião foi iniciada pelo senhor Rafael, com a apresentação da pauta da assembleia ordinária: a) leitura da ata anterior; b) leitura e análise da carta mensal da Consultoria Mais Valia referente ao mês 08/2026; c) leitura e análise do relatório mensal de aplicações financeiras do mês 08/2026; d) análise e indicação de fundos para aplicação dos recursos disponíveis; e) assuntos gerais. Dando continuidade aos trabalhos, realizou-se a leitura da ata da reunião ordinária anterior, sendo oportunizado aos membros presentes manifestarem-se quanto ao seu conteúdo, mediante eventuais observações ou propostas de alteração. Não havendo apontamentos, a ata foi aprovada pelos membros presentes, seguindo-se para o próximo item da pauta. Procedendo à análise da Carta Econômica Mensal referente ao mês de agosto de 2026, elaborada pela Mais Valia Consultoria, foi registrado que o período apresentou resultados heterogêneos, em um cenário de redução parcial da volatilidade e melhora das condições dos mercados internacionais. No mercado doméstico, a renda fixa destacou-se positivamente, contribuindo para a estabilidade e o desempenho das carteiras, enquanto a renda variável brasileira, apesar de apresentar recuperação ao longo do mês, encerrou o período com resultados negativos. Em contrapartida, os investimentos no exterior apresentaram desempenho favorável, beneficiados pela melhora do sentimento global e pela valorização de ativos de tecnologia e de mercados desenvolvidos. No cenário econômico nacional, destacou-se a continuidade do processo de flexibilização monetária, com a redução de 0,25 ponto percentual na taxa Selic, que passou para 14,00% ao ano. Apesar do movimento, o Comitê de Política Monetária manteve postura cautelosa diante dos riscos inflacionários e dos sinais ainda inconsistentes da atividade econômica. O IPCA registrou alta de 0,07% em julho, resultado superior às expectativas do mercado, enquanto as projeções do Boletim Focus, com posição em 28 de agosto de 2026, indicaram inflação de 5,01%, crescimento do PIB de 1,92%, taxa Selic de 13,75% e câmbio de R$ 5,20 por dólar para o encerramento do exercício de 2026. Ressaltou-se que a projeção inflacionária permanecia acima do teto da meta estabelecida pelo Banco Central, reforçando a necessidade de acompanhamento contínuo do cenário econômico. No cenário internacional, a carta destacou a resiliência da atividade econômica global, acompanhada de sinais de moderação no mercado de trabalho norte-americano e continuidade gradual do processo de desinflação nos Estados Unidos. Na China, observou-se desaceleração da atividade econômica,

com demanda interna ainda moderada, enquanto a Europa apresentou sinais graduais de melhora, especialmente no setor de serviços. De forma geral, o ambiente internacional permaneceu sujeito a incertezas geopolíticas e a mudanças nas expectativas quanto à condução da política monetária das principais economias. Tratando das recomendações de alocação, a consultoria ressaltou a importância da observância dos limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 5.272/2025 e das condições aplicáveis a cada nível de certificação do Pró-Gestão. Para a renda fixa, foram destacadas as oportunidades em títulos públicos federais indexados à inflação (NTN-Bs), diante das taxas reais elevadas, bem como a utilização de fundos de índices IMA, IRF-M e IDkA, compostos exclusivamente por títulos públicos federais, observadas as exigências regulatórias pertinentes. Para a renda variável, recomendou-se a realização de alocações graduais e equilibradas, considerando a volatilidade dos mercados. A exposição internacional foi apontada como instrumento de diversificação para os RPPS habilitados pela regulamentação, enquanto os fundos referenciados ao CDI foram considerados alternativas para manutenção da liquidez e posicionamento tático de curto prazo. A carta também mencionou a possibilidade de diversificação por meio de empréstimos consignados, observadas as condições regulatórias e operacionais aplicáveis. Por fim, a consultoria reforçou a necessidade de prudência na condução da estratégia de investimentos, diversificação compatível com o perfil e as limitações regulatórias do RPPS, acompanhamento das oscilações das taxas de juros e monitoramento contínuo do desempenho da carteira em relação à meta atuarial. Após a leitura, foi dada a palavra aos membros presentes para que, caso desejassem, se manifestassem acerca do conteúdo apresentado. Não havendo qualquer manifestação, questionamento ou consideração por parte dos membros, deu-se prosseguimento aos demais itens da pauta. Na sequência, foi apresentado o Relatório Mensal de Investimentos referente à posição patrimonial em 31 de agosto de 2026, elaborado pela Mais Valia Consultoria. Conforme demonstrado no relatório, a carteira totalizou R$ 133.875.102,47, sendo R$ 129.892.890,68 relativos aos investimentos e R$ 3.982.211,79 referentes às disponibilidades financeiras. Na sequência, foi apresentado o Relatório Mensal de Investimentos referente à posição patrimonial em 31 de agosto de 2026, elaborado pela Mais Valia Consultoria. Conforme demonstrado no relatório, a carteira totalizou R$ 133.875.102,47, sendo R$ 129.892.890,68 relativos aos investimentos e R$ 3.982.211,79 referentes às disponibilidades financeiras. No aspecto da rentabilidade, verificou-se que a carteira de renda fixa apresentou, no mês de agosto, retorno positivo de 1,20%, correspondente a um resultado financeiro de R$ 1.505.769,65. No acumulado do exercício, a rentabilidade atingiu 8,30%, representado um resultado financeiro de R$ 9.187.359,77. Em comparação com a meta atuarial, verificou-se que a meta estabelecida para o mês foi de 0,14%, enquanto a meta acumulada no período correspondeu a 6,93%. Dessa forma, a rentabilidade acumulada da carteira superou a meta atuarial, alcançando o equivalente a 119,77% da meta

estabelecida, evidenciando desempenho superior ao parâmetro de referência no período analisado. No aspecto da rentabilidade, verificou-se que a carteira de renda fixa apresentou, no mês de agosto, retorno positivo de 1,20%, correspondente a um resultado financeiro de R$ 1.505.769,65. No segmento de renda variável, o retorno também foi positivo, atingindo 0,91%, equivalente a R$ 30.175,25. Considerando os dois segmentos, os investimentos apresentaram resultado financeiro positivo no período, com destaque para a contribuição da renda fixa para o desempenho mensal da carteira. A palavra foi solicitada pelo senhor Rafael, que chamou a atenção para a rentabilidade individual dos fundos de renda fixa, destacando que o fundo CAIXA TOPÁZIO CORPORATIVO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP apresentava no relatório retorno de 0,37% no mês de agosto. Considerando que este possui características semelhantes às do fundo BB PERFIL SOBERANO, foi observado pelo senhor Rafael que este aparentava estar incorreto. Diante disso, foi realizada a conferência do extrato fornecido pela instituição financeira, ocasião em que se constatou um equívoco no valor informado no relatório, sendo verificado que a rentabilidade correta do fundo no período foi de 1,0996%. Em seguida, o senhor Rafael informou que encaminharia e-mail à consultoria Mais Valia, comunicando a divergência identificada e solicitando a devida correção dos valores apresentados no Relatório Mensal de Investimentos. A senhora Mônica observou que a retificação implicaria alteração dos valores totais apresentados no relatório, considerando o aumento significativo da rentabilidade atribuída ao referido fundo. No que se refere ao enquadramento dos investimentos, foi registrado que as aplicações permaneceram, de forma geral, dentro dos limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 5.272/2025 e pela Política de Investimentos vigente, observando-se a manutenção da certificação Pró-Gestão Nível II e o atendimento aos limites regulamentares aplicáveis aos segmentos de renda fixa e renda variável. Não havendo outras manifestações, deu-se por encerrada a discussão do tópico anterior, passando-se ao item seguinte da pauta, referente à indicação de fundos para aplicação dos recursos disponíveis. Dando prosseguimento ao tópico referente à indicação de fundos de investimento, foram consideradas as análises e orientações apresentadas pela Mais Valia Consultoria, tanto na presente reunião quanto nos encontros anteriores, especialmente quanto ao cenário econômico, às perspectivas para a taxa Selic, ao desempenho dos fundos e à necessidade de buscar rentabilidade compatível com a meta atuarial, observando-se os critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e os limites estabelecidos pela regulamentação vigente e pela Política de Investimentos. Nesse contexto, após as deliberações pertinentes, decidiu-se pela realização de aplicações em fundos de renda fixa referenciados ao CDI, considerando a consistência dos resultados apresentados por essa modalidade e sua adequação à estratégia de investimento do Instituto. Para subsidiar a deliberação, foi analisada a comparação de rentabilidade dos fundos de renda fixa referenciados ao CDI, com dados até 30 de agosto de 2026. Conforme

demonstrado no documento apresentado, o fundo CAIXA TOPÁZIO CORPORATIVO registrou retorno de 1,05% no mês e 10,51% no ano, enquanto o fundo BB PERFIL SOBERANO apresentou retorno mensal de 1,05%. O CDI, por sua vez, registrou rentabilidade de 1,08% no mês e 10,51% no ano. Ressaltou-se que a ausência dos dados de rentabilidade acumulada do BB PERFIL SOBERANO decorre do início de suas operações em 03 de fevereiro de 2026, em razão da adequação dos fundos à resolução CMN 5.272/2025. A comparação demonstrou resultados próximos entre as alternativas analisadas nos períodos disponíveis, subsidiando a avaliação de sua adequação à estratégia de investimentos do Instituto. Após as análises e deliberações dos membros, foram sugeridos os fundos BB PERFIL SOBERANO RESP LIMITADA FIF CIC RF REF DI PREV LP – CNPJ: 63.197.167/0001-04 e o fundo CAIXA TOPÁZIO CORPORATIVO RESP LIMITADA FIF RF REF DI LP – CNPJ: 11.061.230/0001-87, considerando o desempenho apresentado, as características dos produtos e a estratégia de manutenção de liquidez e rentabilidade da carteira, devendo a efetivação das aplicações vinculada a observação dos limites regulamentares aplicáveis, a Política de Investimentos vigente e os demais requisitos pertinentes. Concluídas as discussões acerca dos assuntos tratados, foi dada a palavra aos membros presentes para que pudessem apresentar eventuais considerações, questionamentos ou manifestações sobre os temas abordados, nada mais havendo a tratar, foi agradecida a presença dos membros e declarada encerrada a reunião, tendo sido por mim Rafael Ferreira Viana Daumas, lavrada a presente ata, lido este instrumento e assinado pelos que dela participaram.

Araruama, 15 de Setembro de 2026.

Celso Antônio Campos
Membro COMINV

Mônica Souza dos Santos Costa
Membro COMINV

Rafael Ferreira Viana Daumas
Membro COMINV

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA COMINV – 013/2026

Às 10 horas do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e vinte e seis, na sede do Instituto de Benefício e Assistência aos Servidores Municipais de Araruama – IBASMA, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos – COMINV, nomeados pelo presidente do IBASMA conforme Portarias nº 200/2020, nº 47/2022 e nº 37/2023, Rafael Ferreira Viana Daumas, Mônica Souza dos Santos Costa e Celso Antônio de Campos. A reunião foi iniciada pelo senhor Rafael, com a apresentação da pauta da assembleia ordinária: a) leitura da ata anterior; b) leitura e análise da carta mensal da Consultoria Mais Valia referente ao mês 09/2026; c) leitura e análise do relatório mensal de aplicações financeiras do mês 09/2026; d) análise e indicação de fundos para aplicação dos recursos disponíveis; e) assuntos gerais. Dando continuidade aos trabalhos, realizou-se a leitura da ata da reunião ordinária anterior, sendo oportunizado aos membros presentes manifestarem-se quanto ao seu conteúdo, mediante eventuais observações ou propostas de alteração. Não havendo apontamentos, a ata foi aprovada pelos membros presentes, seguindo-se para o próximo item da pauta. Procedendo à análise da Carta Econômica Mensal referente ao mês de setembro de 2026, elaborada pela Mais Valia Consultoria, foi registrado que o período apresentou melhora significativa no desempenho dos mercados domésticos, com recuperação expressiva da renda variável brasileira e manutenção da consistência da renda fixa. O cenário foi marcado por maior apetite ao risco e melhora das expectativas em relação aos ativos locais, favorecendo o desempenho das carteiras de investimentos. No mercado acionário, o Ibovespa registrou alta de 5,03% no mês, enquanto o IFIX apresentou leve recuo de 0,20%. Na renda fixa, destacaram-se os índices IMA-B 5+, com valorização de 3,82%, IMA-B, com 3,15%, e IMA-B 5, com 2,01%. O IRF-M avançou 2,09%, enquanto os índices referenciais Selic e CDI apresentaram rentabilidade de 1,08% no período. No cenário econômico nacional, destacou-se o crescimento de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) no segundo trimestre de 2026, em comparação com o trimestre anterior, indicando desaceleração em relação ao crescimento de 1,1% registrado no primeiro trimestre. Em relação à inflação, o IPCA apresentou deflação de 0,32% em agosto, levando o índice acumulado em doze meses a 4,22%. Ressaltou-se, contudo, que o resultado foi influenciado principalmente pela redução temporária dos custos de energia elétrica, não representando necessariamente uma mudança estrutural na trajetória dos preços. No âmbito da política monetária, o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a taxa Selic em 0,25 ponto percentual, passando de 14,00% para 13,75% ao ano, dando continuidade ao ciclo de flexibilização monetária, sem afastar a necessidade de cautela diante dos riscos inflacionários e das incertezas econômicas. No cenário internacional, a carta destacou a persistência de incertezas relacionadas à condução da política monetária das principais economias, bem como a evolução da atividade econômica e dos indicadores de inflação. Na China, observou-se desempenho desigual entre os setores, com

desaceleração do consumo interno e crescimento da produção industrial. De forma geral, ressaltou-se a importância do acompanhamento das condições econômicas nacionais e internacionais e de seus possíveis reflexos sobre os investimentos. Tratando das recomendações de alocação, a consultoria ressaltou a necessidade de observância dos limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 5.272/2025 e das condições aplicáveis ao nível de certificação do Pró-Gestão. Para a renda fixa, foram destacadas as oportunidades em títulos públicos federais indexados à inflação (NTN-Bs), diante das taxas reais ainda elevadas, bem como a utilização de fundos de índices IMA, IRF-M e IDkA, observadas as exigências regulatórias pertinentes. A renda variável foi apontada como alternativa para diversificação, mediante alocações compatíveis com o perfil e os limites regulatórios. A consultoria também ressaltou a importância da diversificação dos investimentos, da manutenção de liquidez adequada e do acompanhamento contínuo do desempenho da carteira em relação à meta atuarial, com prudência na tomada de decisões e atenção às oscilações das taxas de juros. Finalizando a carta, destacou-se que os fundos referenciados ao CDI, permanecem como alternativa para manutenção da liquidez e posicionamento tático de curto prazo. A consultoria ressaltou que, mesmo diante da perspectiva de redução gradual dos retornos em razão da queda da Selic, esses fundos continuam contribuindo para o cumprimento da meta atuarial, especialmente quando combinados com investimentos indexados à inflação e alocações graduais em renda variável. Após a leitura, foi franqueada a palavra aos membros presentes para eventuais manifestações ou observações quanto ao conteúdo apresentado. Não havendo manifestações por parte dos membros, deu-se prosseguimento aos demais itens da pauta. Na sequência, foi apresentado o relatório Mensal de Investimentos, referente À posição patrimonial em 30 de setembro de 2026, elaborado pela Mais Valia Consultoria. Conforme demonstrado no relatório, a carteira totalizou R$ 137.949.679,02 sendo R$ 134.949.671,20 relativos aos investimentos e R$ 3.000.007,82 referentes à disponibilidades financeiras. No aspecto da rentabilidade, verificou-se que a carteira apresentou, no mês de setembro, retorno positivo de 1,68%, correspondente a um resultado financeiro de R$ 2.228.172,23. No acumulado do exercício, a rentabilidade atingiu 10,14%, equivalente a um resultado financeiro de R$ 11.442.532,00. Em comparação com a meta atuarial, cuja referência acumulada até setembro correspondeu a 8,30%, a carteira alcançou 122,17% da meta estabelecida, demonstrando desempenho superior ao parâmetro atuarial no período analisado. Quanto ao desempenho dos segmentos no mês de setembro, na renda fixa foi apurada rentabilidade de 1,60%, correspondente a um resultado financeiro positivo de R$ 2.072.101,39, com aplicações no valor de R$ 2.828.608,29, sem ocorrência de resgates. No segmento de renda variável, a rentabilidade consolidada foi de 4,67%, representando resultado financeiro positivo de R$ 156.070,84. Em relação ao desempenho no trimestre a renda fixa apresentou 3,93% equivalente a R$ 4.973.46,29 e a renda variável 7,60%, correspondente ao resultado financeiro positivo de R$ 246.988,54. Diante dos resultados apresentados, foram observadas diferenças de desempenho entre os

fundos de cada segmento, reforçando a necessidade de acompanhamento individualizado da carteira, aos riscos envolvidos e à adequação dos investimentos à Política de Investimentos e aos limites estabelecidos na regulamentação vigente. Após a abertura da palavra aos membros, foi destacado pelo senhor Celso os resultados dos fundos BB IMA-B Títulos Públicos e o Caixa Brasil IMA-B Títulos Públicos, onde ambos apresentaram rentabilidades de 3,13%, além de alguns outros fundos com rentabilidade acima de 2,00%. Foi destacado também que todos os fundos de renda variável apresentaram resultados positivos, ficando somente dois abaixo dos 4,00%. Dando prosseguimento à pauta, passou-se à análise e indicação de fundos para aplicação dos recursos disponíveis. Considerando o cenário econômico apresentado pela Mais Valia Consultoria, as perspectivas para o mercado financeiro , além do desempenho dos indicadores de referência e os resultados alcançados pela carteira, foi considerada adequada a realização de novos aportes no segmento de renda fixa, com direcionamentos para fundos referenciados aos índices CDI e IMA-B. O índice CDI foi considerado como alternativa para manutenção da liquidez, que embora haja a perspectiva de redução gradual da Selic, o índice continua apresentando boas rentabilidades, como o 1,08% no mês de setembro, mantendo-se como estratégia relevante na busca pelo cumprimento da meta atuarial. Em relação ao índice IMA-B. A indicação considerou oportunidades diante da taxas reais de remuneração ainda elevadas e das perspectivas da condução da política monetária. No mês de setembro, o índice apresentou rentabilidade de 3,15%, reforçando a relevância dessa modalidade na estratégia de investimentos, pela possibilidade da obtenção de retornos associados à inflação, sem desconsiderar os riscos decorrentes das oscilações das taxas de juros e seus efeitos sobre a rentabilidade dos fundos. Outro ponto considerado foi a importância de preservar os resultados já alcançados na carteira até o mês de setembro e manter uma estratégia de alocação compatível com as perspectivas econômicas. Considerando os fundos já integrantes da carteira e os comparativos disponibilizados pela consultoria, foram indicados no âmbito dos que possuem como benchmark o CDI, os fundos BB PERFIL SOBERANO RESP LIMITADA FIF CIC RF REF DI PREV LP – CNPJ: 63.197.167/0001-04 e o CAIXA TOPÁZIO CORPORATIVO RESP LIMITADA FIF RF REF DI LP – CNPJ: 11.061.230/0001-87. A análise demonstrou que ambos apresentam comportamento próximo ao respectivo índice de referência, tanto no resultado mensal quanto nos períodos acumulados examinados, evidenciando aderência ao desempenho do CDI. Para os investimentos referenciados ao IMA-B, forma indicados os fundos CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP – CNPJ: e o BB IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO – CNPJ: 07.442.078/0001-05. O comparativo demonstrou desempenho semelhante entre as duas alternativas, com ligeira vantagem do fundo do Banco do Brasil em alguns períodos analisados, enquanto o fundo da Caixa apresentou resultado superior no acumulado de doze meses. A escolha considerou, portanto, o comportamento histórico dos fundos em relação ao índice de referência e a proximidade dos resultados apresentados, além das características das

aplicações e da composição da carteira do Instituto. Após a apresentação das indicações de aplicação e dos respectivos fundamentos, foi franqueada a palavra aos membros presentes para que pudessem apresentar manifestações, considerações ou questionamentos acerca dos assuntos tratados, bem como registrar outros apontamento que julgassem pertinentes. Na oportunidade o senhor Rafael informou que a minuta da Política de Investimentos para o próximo exercício deverá, provavelmente, ser apresentado até o final do mês de novembro, a fim de que os membros possam realizar as análises e deliberações necessárias no âmbito do Comitê de Investimentos. Após essa etapa, o documento será encaminhado ao Conselho de Administração para apreciação e deliberação, conforme os procedimentos institucionais. Nada mais havendo a tratar, e após as discussões e deliberações constantes da presente reunião, foi agradecida a presença dos membros e declarada encerrada a reunião, tendo sido por mim Rafael Ferreira Viana Daumas, lavrada a presente ata, lido este instrumento e assinado pelos que dela participaram.

Araruama, 24 de Outubro de 2026.

Celso Antônio Campos
Membro COMINV

Mônica Souza dos Santos Costa
Membro COMINV

Rafael Ferreira Viana Daumas
Membro COMINV